

Este número temático da *Nação e Defesa* foca-se no arquipélago dos Açores, símbolo máximo do posicionamento euro-atlântico de Portugal.

A geografia política e económica do nosso país é europeia, mas a sua segurança e defesa é euro-atlântica, assumindo-se este arquipélago como o “elo essencial” desta relação transatlântica, nomeadamente com os Estados Unidos da América.

Na história dos Açores houve fases de grande projeção estratégica, interrompidas por períodos de desvalorização relativa da geografia, para se voltar a um novo ciclo de valorização estratégica do arquipélago.

Considerando as zonas económicas exclusivas das três parcelas territoriais de Portugal – continental, Açores e Madeira –, em termos mundiais o nosso país está entre os 20 Estados de maior dimensão territorial. Se incluirmos a extensão da plataforma continental marítima, a soberania e a jurisdição portuguesas poderão vir a aplicar-se a 3,8 milhões de quilómetros quadrados, o equivalente a quase todo o espaço terrestre da Europa.

Portugal está assim obrigado a um forte investimento na investigação para poder liderar o processo de exploração e desenvolvimento do mar profundo. Os sinais têm sido positivos, pois passámos do 42.º lugar, em meados de 1995, para o 12.º lugar em termos de investigação do mar profundo. A “Estratégia Nacional para o Mar 2013-2020” e o ambicionado alargamento da plataforma continental marítima trarão, certamente, ainda que a longo prazo, dividendos. Porém, por agora, estes apenas se podem antever, dado o potencial em recursos minerais (e não só) por explorar e desenvolver, ao abrigo do que se designou de “economia do mar”.

Também na área da segurança e defesa, pelas responsabilidades de vigilância, patrulhamento e de busca e salvamento associadas a tão extensa área, o investimento não poderá ser descurado.

Dada a importância do arquipélago e indo ao encontro da missão do Instituto da Defesa Nacional – apoio à formulação do pensamento estratégico nacional, assegurando o estudo, a investigação e a divulgação das questões de segurança e defesa – foram já realizadas três edições do Curso Intensivo de Segurança e Defesa na Região Autónoma dos Açores (2009/2010, 2011/2012, 2013/2014), as quais contaram com o alto patrocínio do Governo Regional.

O Curso está organizado em três módulos, centrados respetivamente nos temas “O Quadro Geral de Segurança e Defesa”, “A Política de Defesa Nacional”, “A Realidade Regional no Campo da Segurança e Defesa”. Tem por finalidade contribuir para a sensibilização e formação de quadros e futuros quadros superiores das estruturas do Estado e da sociedade civil, numa perspetiva de aprofundar a sua cultura de segurança e defesa. No total das três edições foram atribuídos certificados de frequência do Curso a 109 auditores.

O número da *Nação e Defesa* que é agora dado à estampa, espelha os valiosos contributos de várias entidades e organismos, maioritariamente de carácter regional e

que participam no terceiro módulo do Curso Intensivo de Segurança e Defesa na Região Autónoma dos Açores, permitindo, seguramente, um conhecimento mais amplo da realidade do arquipélago nas vertentes de segurança, proteção civil, defesa, relações externas, economia do mar, e história e relações internacionais.

Na secção extra-dossiê, Rui Vinhas, Rui Carmo, Cristina Matos e Paula Vicente, do Ministério dos Negócios Estrangeiros, analisam o contexto que conduziu à adoção da Estratégia Europeia de Segurança Marítima – instrumento que identifica os interesses estratégicos da União Europeia no domínio marítimo mundial – assim como os riscos, desafios e ameaças ligados ao mar e à gestão das fronteiras marítimas. Os autores debruçam-se ainda sobre os interesses, prioridades e objetivos delineados e defendidos por Portugal ao longo das negociações, no quadro de uma coordenação interministerial a montante, que permitiu que, no final, muitas das propostas nacionais tivessem tido acolhimento nos documentos aprovados.

Nuno Severiano Teixeira e Ana Santos Pinto analisam no seu artigo, através de uma abordagem comparativa, as opções políticas e o impacto das medidas de austeridade nos orçamentos disponíveis para Defesa no período de 2008-2014, em particular nos países da Europa do Sul – Portugal, Espanha, Itália e Grécia –, bem como o seu reflexo no processo de integração na União Europeia, ao nível da Política Comum de Segurança e Defesa (PCSD).

Por fim, Luís da Vinha faz uma análise sobre a criação por parte do Presidente norte-americano Jimmy Carter de uma Força de Projeção Rápida, referindo os principais entraves à sua implementação e destacando as várias barreiras políticas e burocráticas criadas.

Vítor Rodrigues Viana